

Camilo Pena: um impulso para a economia, com a substituição das importações.

O ministro Camilo Pena, da Indústria e do Comércio, saiu ontem convicto da reunião do Conselho Monetário Nacional de que o corte nas importações não trará mais recessão em 1983 e confiante no início da recuperação da economia brasileira, tudo isso em decorrência do programa de substituição de importações, que deverá, segundo ele, "dar um impulso nas forças internas da economia para suprir a poupança externa".

— 1983 não vai ser um ano tão duro assim, como estão prevendo — disse ele, praticamente repetindo a mesma coisa, à noite, no Guarujá, onde participou do Seminário do Café.

O ministro chegou a criticar duramente os economistas que estão prevendo mais recessão em função do ajuste na economia em 1983, reiterando que o corte nas importações não provocará nem mais recessão nem mais desemprego "como pensam certos economistas primários e precipitados. Não há correlação rígida e elástica entre esses fatores. Os efeitos da nova política terão prazos trienais e não serão sentidos num ano. Depois, as importações serão reduzidas nos itens que o País começou a produzir ou aumentou sua produção, como defensivos agrícolas, cobre, aço e outros. Não será à custa de empregos ou do trabalhador que conseguiremos reduzir as importações", garantiu ele.

Compreensão para a dívida

No Guarujá, Camilo Pena fez questão de ressaltar que a dívida dos países em desenvolvimento, que já chega a 550 bilhões de dólares com um serviço anual de juros na casa de 60 a 70 bilhões de dólares, deve ser vista e analisada com mais compreensão:

— Esquece-se — disse ele —, freqüentemente, de que não só este endividamento foi necessário para a utilização dos petrodólares e dos eurodólares, mas foi de extrema importância para as vendas que o mundo desenvolvido efetuou ao mundo em desenvolvimento. Esquece-se ainda de que o serviço da dívida deverá, agora, ser pago com superávits comerciais dos países devedores, ou seja, o problema do serviço da dívida que tanto preocupa hoje aos ministros e aos banqueiros credores é um problema a ser resolvido pelo comércio. É, pois, necessário que os países pobres recebam dos países desenvolvidos, credores, um tratamento que lhes permita obter superávits comerciais da ordem de grandeza dos juros da sua dívida, pelo menos.

Como exportar mais

Mesmo afirmando que tudo vai depender da compreensão de países estrangeiros, credores do Brasil, Pena comentou que será possível exportar mais graças a estes fatores: "A queda nos juros no mercado externo — o que está permitindo aos empresários formar estoques, e tudo indica que os juros não irão subir mais; nossos credores, para receber nossas contas, precisam dar condições de exportação, e isso só será possível com superávits comerciais dos devedores; e um indício desse fato é que os credores estão removendo barreiras econômicas, porque sabem que se não tomarem essa atitude haverá um colapso financeiro mundial".

Resposta a Setúbal

Pena aproveitou também para comentar afirmações do empresário Laerte Setúbal, de que o governo, em vez de estimular realmente as exportações, resume sua ação em apelar para o patriotismo dos exportadores. Segundo Pena, Setúbal "foi infeliz nessa declaração, ou então suas palavras foram transcritas erradas. Talvez ele tenha dito isso entusiasmado com sua filiação a um partido da oposição. Setúbal deu a entender que os empresários estão mais interessados no lucro, no resultado comercial. Mas eles estão, como o povo e o governo, numa barca só, e precisam também mostrar patriotismo. Estranhei muito suas declarações".

O maior desafio

Mas o grande desafio para que o País possa exportar a meta de 23 bilhões de dólares em 83 é, para Camilo Pena, a questão da produtividade. Ele disse achar muito difícil atingir essa meta se os empresários não reduzirem seus custos e não cuidarem melhor de seus produtos.

Subsídios: uma discussão para depois das eleições.

Somente após o pleito de 15 de novembro é que o governo aceitará discutir a retirada da nova parcela dos subsídios creditícios à agropecuária e às exportações. Segundo o chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda, Maíson Ferreira da Nóbrega, a decisão final só sairá na reunião de dezembro do Conselho Monetário Nacional. O presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, por sua vez, disse ignorar qualquer proposta para os encargos dos financiamentos da safra 1983/84.